

SEMINÁRIO PERMANENTE DE ESTUDOS SOBRE A AMAZÓNIA CHAM

7 de Junho, 10h 30m – 13h

NOVA FCSH — B2, Sala 43

“Aleivosos e rebeldes”: Lideranças Indígenas no Rio Negro, Século XVIII

Patrícia Melo, UNAM- Universidade Federal da Amazônia

Resumo:

O texto analisa a conjuntura política estabelecida na Capitania de São José do Rio Negro, a partir do segundo quartel do século XVIII, dando atenção particular às estratégias políticas dos índios do rio Negro e suas redes de alianças no momento em que o estado colonial chegava aos confins ocidentais da Amazônia Portuguesa.

Apresentação:

Patrícia MELO é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM – Brasil), é doutora em História (UFF/RJ) e Bolsista de Produtividade do CNPq (1C). Atua nas áreas de História Indígena e do Indigenismo, História colonial/imperial (Brasil) e História da escravidão africana na Amazônia. Participa do Mestrado/Doutorado em História na mesma instituição. É autora de vários capítulos, artigos e livros, entre eles “Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia” (2012) e “O Fim do silêncio: presença negra na Amazônia” (2011).

Contrabando e relações transfronteiriças na Amazônia luso-espanhola (c.1770-c.1790)

Carlos Augusto Bastos, UFPA-Universidade Federal do Pará

Resumo:

As áreas de fronteira nas colônias ibéricas na América Meridional constituíam espaços de disputas de soberania, o que envolvia não apenas a demarcação de limites territoriais, mas também o controle sobre a circulação de pessoas e produtos nas zonas limítrofes. As formas ilícitas de comércio nas fronteiras figuravam, assim, como uma questão relevante nas políticas das monarquias ibéricas direcionadas para as terras americanas, assumindo um papel estratégico em zonas particularmente críticas no jogo geopolítico dos impérios ultramarinos, a exemplo do vale amazônico no período colonial. Em relação às terras amazônicas, as autoridades locais buscavam controlar as práticas mercantis que ocorriam nas fronteiras, muitas delas realizadas através do contrabando envolvendo autoridades e habitantes da fronteira. O extenso vale amazônico, com sua complexa malha fluvial e um controle limitado por parte de agentes coloniais, favorecia a circulação de canoas dedicadas ao comércio ilícito, ferindo as obrigações fiscais devidas às metrópoles europeias que partilhavam esse espaço. Ao mesmo tempo, porém, o contrabando exercia uma função importante no abastecimento de povoações fronteiriças, e como prática importante para a constituição dos ganhos econômicos de setores mercantis locais e de outros sujeitos que tomavam parte dele. Este trabalho aborda as práticas de contrabando nas fronteiras amazônicas luso-espanholas, da década de 1770 até final do século XVIII, compreendendo as teias econômicas e políticas envolvendo autoridades civis, militares e religiosas, assim como indígenas de possessões limítrofes portuguesa e espanhola.

Apresentação:

Carlos Augusto BASTOS é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, docente da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará / Campus Universitário de Ananindeua, e do Mestrado Profissional em Ensino de História em rede nacional (ProfHistoria). Também foi professor do Departamento de História da Universidade Federal do Amapá. Desenvolve pesquisas sobre fronteiras e relações transfronteiriças no espaço amazônico nos séculos XVIII e XIX, tendo publicado artigos sobre esses temas. É autor do livro 'No Limiar dos Impérios. A Fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Mainas. Projetos, Circulações e Experiências (c. 1780 – c. 1820)' (2018).

A Guerra dos Sete Anos na Amazônia (1756-1763): Os Habitantes das Fronteiras e a Defesa dos Impérios

Pablo Ibáñez Bonillo, CHAM – Universidade Nova de Lisboa

Resumo:

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi uma das primeiras guerras globais e nela participaram as principais potências da época. Espanha e Portugal, porém, só entraram no conflito na sua fase final. Enfrentadas em bandos distintos, as coroas ibéricas estiveram em guerra durante um breve período, conhecido pela historiografia portuguesa como a Guerra Fantástica (1762-1763). Os episódios mais conhecidos desta guerra foram uma falida invasão terrestre de Portugal e a captura da Colônia do Sacramento por parte do Governador de Buenos Aires. Menos estudados são os efeitos da guerra nas extensas fronteiras amazônicas que compartilhavam Espanha e Portugal no coração da América do Sul.

Se apresenta nesta comunicação um projeto de pesquisa em andamento para o estudo exaustivo das políticas coloniais nas fronteiras amazônicas durante aquela guerra, a negociação para a aplicação dessas políticas e as agências locais envolvidas na defesa dos espaços em litígio. Aproveitando a conjuntura da crise bélica e a produção documental por ela gerada, o projeto procura construir uma história social das fronteiras amazônicas, enfatizando a participação das populações indígenas.

Na segunda parte da comunicação se apresenta um estudo de caso para explorar as possibilidades das perspectivas microhistórica e pan-amazônica escolhidas para o citado projeto de pesquisa.

Apresentação:

Pablo IBÁÑEZ-BONILLO é Doutor em História de América pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha), em co-tutela com a University of Saint Andrews (UK). Foi pesquisador de pós-doutorado na Universidade Federal do Pará (Brasil). Atualmente é investigador integrado no CHAM – Universidade Nova de Lisboa. Editor da revista *Americanía. Revista de Estudios Latinoamericanos*, publicada pela Universidad Pablo de Olavide, Sevilha. Estuda temas de história indígena na Amazônia colonial. Autor de 'El Martirio de Laureano Ibáñez. Guerra y Religión en Apolobamba, siglo

XVII', publicado em Bolívia em 2011. Em sua tese de doutorado estudou a conquista portuguesa do Amazonas na primeira metade do século XVII. Autor de vários artigos sobre Amazônia colonial.

Coordenação científica: Maria Adelina AMORIM e Pablo IBÁÑEZ-BONILLO, Investigadores Integrados Doutorados do CHAM.